

# POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO E GESTÃO ESCOLAR

Carlos R. PENA<sup>1</sup>; Francisca A. VIEIRA<sup>2</sup>; Maria S. EUCLIDES<sup>3</sup>

## Resumo

Este trabalho é fruto de reflexões acerca da política de financiamento do FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) adotado no Brasil nos últimos anos. Faz parte das reflexões suscitadas na disciplina Financiamento da Educação junto a Pós Graduação em Educação. Parte inicialmente da concepção de educação para a promoção e formação de sujeitos conscientes no mundo moderno. Para a realização desse trabalho partiu-se do pressuposto que as políticas de financiamento por si só não são garantia de qualidade na educação. Discute-se também as demais características que envolvem uma gestão de qualidade e a democracia. Como discussões finais, chama a atenção para a necessidade de novo gerenciamento e organização da gestão escolar e dos gastos educacionais.

**Palavras-chaves:** Financiamento; Gestão; Qualidade; Educação

## Introdução

Refletimos a seguinte questão. Como direcionar os recursos financeiros a atender todas as necessidades educacionais? O questionamento nos trás uma reflexão profunda sobre as políticas de gestão financeira de um país. Quando especificamos e direcionamos nosso pensamento a brasileira, encontramos várias lacunas em seu sistema. Há uma política elitista e de autobenefício onde políticos elaboram leis para atender as necessidades de sua classe. Estamos passando por severas mudanças nas raízes desse sistema as pessoas subordinadas a essa elite vem contribuindo parcialmente com a transformação dessa realidade. O sistema educacional comandado pela elite dominante

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Muzambinho. Muzambinho/MG, email: [carlos\\_rogeriopena@hotmail.com](mailto:carlos_rogeriopena@hotmail.com);

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Muzambinho. Muzambinho/MG, email: [franciscaadriana\\_2008@hotmail.com](mailto:franciscaadriana_2008@hotmail.com);

<sup>3</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Muzambinho. Muzambinho/MG, email: [maria.euclides@muz.ifsuldeminas.edu.br](mailto:maria.euclides@muz.ifsuldeminas.edu.br) ;

propagou na educação uma pedagogia de conservação e reprodução inibindo a criatividade, criticidade, etc de seus educandos bloqueando o seu pensamento e dificultando sua participação em uma política democrática, ou seja, propagando um modelo social definido. Todos como um *robô* programado para realizar as funções delegadas. Nesse século as pessoas veem alertando para esse sistema dominador de domesticação e se manifestando contra essas políticas. Atentando para essas questões os indivíduos estão passando a fiscalizar melhor esses recursos (DAVIES, 2006). Há uma cobrança por transparência que mostre onde estão sendo investidos. Assim, avaliação e fiscalização tem sido feita parcialmente pelo povo leigo que ainda não possui uma voz ativa. Infelizmente parte do dinheiro vai pelo ralo com a corrupção uma das principais causas da má distribuição e desvios de dinheiro não chegando aos locais onde realmente é necessário, como para melhoria da educação do país. Essa situação não era percebida por todos, porque estavam bloqueados de pensar com esse sistema tradicionalista de conservação que foi descrito anteriormente, está-se gatinhando rumo a uma política democrática participativa já conquistamos os primeiros direitos, agora precisa-se continuar atuantes e firmar no ideal de mudança (DAVIES, 2006). Mesmo ainda muito aquém de uma educação de qualidade e de suprir todas as suas necessidades, mas não se pode deixar de lutar por melhorias. Busca-se assim por uma definição por qualidade e caminhos para sua efetivação no ambiente escolar.

## **Financiamento e gestão educacional desafios para qualidade**

O padrão de qualidade é definido no decorrer de um processo histórico e seus conceitos norteadores são idealizados conforme valores sociais e políticos entre outros priorizando os direitos sociais, direitos esses que são firmados em âmbito nacional e internacional, tratados e compromissos que trazem programas com ações educacionais visando melhorias no cotidiano escolar.

De acordo com Dourado e Oliveira (2009):

[...] A adoção ou não de padrão único de qualidade, entende-se que é fundamental estabelecer a definição de dimensões, fatores e condições de qualidade a serem considerados como referência analítica e política no tocante à melhoria do processo educativo e, também, à consolidação de mecanismos de controle social da produção, à implantação e monitoramento de políticas educacionais e de seus resultados, visando produzir uma escola de qualidade socialmente referenciada (ibid., p. 207).

Quando se fala em educação de qualidade tem-se que buscar os marcos

referenciais reguladores que orientam a educação para atingir um resultado satisfatório, ou seja, um padrão de qualidade. No Brasil dois documentos que regulamentam o sistema educacional e possui ênfase nacional são Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) esses são norteadores na busca de uma educação de qualidade, eles trazem inúmeras propostas que devem ser colocadas em prática, mas encontra-se muitas dificuldades, pode se citar o PNE que fixa metas a serem atingidas direcionando a educação do país. Vieira (2007) destaca dois problemas enfrentados em sua aplicabilidade como o excesso de propostas e a falta de previsão orçamentária. Quando se tem um excesso de propostas dificilmente se consegue atingi-las todas ao mesmo tempo. As metas nele contidas devem contemplar sua aplicabilidade em curto, médio e longo prazo. Selecionando as prioridades que serão atingidas em curto prazo e as que gradativamente em um processo crescente vai conduzindo as de longo prazo, como já mencionado cabe a gestão escolar priorizar as que são necessárias no momento.

Partimos com a idéia qualidade versus quantidade. O fundo para financiamento da educação o FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica) nele prevê a arrecadação de 20% de impostos estaduais (ICMS, PFE, FPM, IPI – Expotação e LC 87/96, IPVA, ITCMD e ITR) para suprir o programa de financiamento, como o montante arrecadado 60% é distribuída entre os estados e 40% fica a poder do governo federal que o utiliza para financiar a merenda e o transporte escolar entre outros programas. O repasse da verba ao estado e posteriormente ao município acontece seguindo o critério número de alunos matriculados no ensino básico, a quantidade de dinheiro maior ou menor destinado a educação varia com a quantidade de alunos do estado e/ou município, com o montante cada município tem autonomia para utilizar os recursos de acordo com suas necessidades.

Esse repasse financeiro tem o propósito de suprir todo o custeio educacional, mas sua quantidade não é suficiente para atingir um padrão de qualidade estabelecido pelos grandes referenciais (DAVIES, 2006). Mas o que fazer diante destas dificuldades? Nesse momento faz-se necessário a presença do gestor que tem o papel de propiciar um ambiente democrático e favorável para o desenvolvimento de alternativas que possam contribuir amenizando as lacunas financeiras, para isso o gestor tem o dever de direcionar todos os recursos físicos e intelectuais possíveis para garantir esse ideal. “[...] O enfoque de boas idéias de baixo custo tende a ser limitado. Boa educação requer elevados investimentos” (VIEIRA, 2007, p. 59). Como aponta a autora temos que investir em educação se quisermos atingir bons níveis de aprendizagem. Precisamos também de um

raciocínio intelectual de um bom gestor no gerir desses recursos sendo um dos caminhos para amenizar a pouca quantidade de dinheiro para suprir tantas necessidades. Portanto o gestor tem que usar sua autonomia para direcionar de forma consciente e correta buscando analisar as prioridades necessárias na educação. É inegável a atuação de um bom gestor preparado para atuar em diferentes ambientes levando até sua equipe de trabalho metas trazida de grandes referências de educação como o PNE (Plano Nacional de Educação), adaptando-as na sua realidade escolar, sem perder o foco dos fins educacionais, esses referenciais guiam sua caminhada rumo ao progresso. Deste modo subentende que o gestor é peça fundamental no sistema educacional, mas não pode responsabilizar-se por todos os problemas de uma determinada instituição, pois esses fazem parte de toda equipe cabe a gestão mediar, compartilhar e direcionar a uma resolução democrática visando o bem comum.

Uma dificuldade considerável na sua atuação e na estruturação do seu trabalho é a seguinte: quando se menciona o PNE e o papel do gestor educacional é para mostrar a importância desse referencial e o olhar gestor na construção de um planejamento que conduza a meta alcançando um padrão de qualidade. O Plano Nacional de Educação é recente em nosso sistema educacional há uma série de divergências a serem tratadas pelo gestor que enfrenta muitas barreiras além das financeiras para sua execução. Ainda conservamos um padrão tradicionalista se conserva arraigado um padrão que reproduz conceitos de forma há mantê-los sem alteração, inibindo a entrada de novas propostas em nossas escolas. Como destaca Vieira (2007):

Parte da dificuldade da gestão diz respeito ao fato dela se situar na esfera das coisas que têm que ser feitas. E o que tem que ser feito nem sempre agrada a todos. Não dá votos; ao contrário, fere interesses. Desestabiliza o que está posto. Pormenores que sejam as mudanças pretendidas, atingem pessoas; corporações. Mudar nunca é simples, o que pode ser detectado nas coisas, mas elementares: desde a simples cor de uma parede até a inclusão ou retirada de uma disciplina. Isto para não falar de vantagens corporativas. Gente é assim; resiste; reage; faz corpo mole. Abandona o gestor na primeira medida antipática à vontade da maioria (ibid, p. 59).

Talvez esse seja um dos problemas que mais afetam o desenvolvimento educacional, uma política de desordem onde não se chega a um bem comum não há uma política democrática de colaboração.

## **Materiais e métodos**

Para a realização deste trabalho partiu-se das reflexões realizadas na disciplina

Financiamento e Gestão Escolar realizada na Pós Graduação Lato Senso em Educação, juntamente com a revisão teórica sobre as políticas de financiamento educacionais no Brasil.

## **Resultados**

Os resultados desse trabalho nos remete a necessidade de maior capacitação de gestores e educadores que estão diretamente ligados ao caixa escolar de modo a conscientizá-los de seu papel e da importância de um bom gerenciamento dentro e fora do espaço escolar.

## **Conclusão**

A necessidade de formação crítica e consciente de gestores e educadores assim como pessoas que estão ligadas diretamente com o bom funcionamento da instituição escolar torna-se urgente de modo a melhorar a qualidade da educação.

## **Referência bibliográfica**

Davies, Nicholas. FUNDEB: a redenção da educação básica? Educação & Sociedade [Online] 2006, 27 Acesso em 20 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313708007>> ISSN 0101-7330

VIEIRA, Sofia Lerche. *Políticas(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitossimples (2006-2007)*. Rio Grande do Norte, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan. / abr., 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes, OLIVEIRA, João Ferreira de. *A qualidade da educação: perspectivas e desafios*. Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, mai./ago., 2009.